



CIES e-WORKING PAPER N° 24/2007

Perspectivas sociológicas na análise da residência unipessoal

ROSÁRIO MAURITTI

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Rosário Mauritti is a Phd student at the University Institute for Social Sciences, Business Studies and Technologies (ISCTE), Lisbon. She is currently a research assistant at the Centre for Research and Studies in Sociology (CIES-ISCTE), Lisbon. Her research interests are social classes, social changes and cultural reconfiguration; life patterns in contemporary Portuguese society and higher education students in Europe.

Resumo

Neste texto faz-se um levantamento de diversas perspectivas de leitura de protagonismos emergentes associados à mono-residência. Num primeiro capítulo desenham-se as linhas de construção do objecto sociológico e demarca-se a distinção conceptual face a noções como “solidão”, “isolamento social”, “ser solitário” ou “viver só”, entre outros. Quanto aos capítulos seguintes, procuram enquadrar a abordagem do fenómeno nas condições de reflexividade radical da vida actual e nas discussões contemporâneas sobre a individualização.

Palavras-chave: mono-residência; individualização; modernização reflexiva.

Abstract

This text provides an overview of different approaches to interpreting the emerging protagonist roles associated with living alone. The first chapter defines the lines along which the sociological object may be constructed and makes a conceptual distinction between concepts such as “loneliness”, “social isolation”, “being lonely” “living on one's own” and “living alone”, among others. The succeeding chapters seek to fit this approach within the framework of the conditions of radical reflexivity in current/present-day life and the contemporary debates about individualization.

Keywords: living alone; individualization; modern reflexivity.

Não sendo um fenómeno novo, a residência unipessoal tal como hoje se configura, como uma tendência global, transversal à modernidade contemporânea e ainda não estabilizada nas suas dinâmicas intensas e multifacetadas de crescimento, pode ser encarado como um dos mais significativos processos de mudança social e manifestação de novos e diversificados estilos de vida, emergentes ao longo da segunda metade do século XX (Kaufmann, 2000; Furedi, 2002).¹ A novidade que encerra nas suas configurações da actualidade constitui-se, em primeiro lugar, no facto de ter deixado de ser uma tendência marginal e com ocorrência predominante nos segmentos mais pobres e em situação de exclusão social. Tal como nos primórdios da industrialização, os seus impactos e incidências são mais pronunciados nos grandes centros urbanos e metropolitanos das sociedades ocidentais,² mas alargou-se a indivíduos de diversos sectores etários, cada vez mais, jovens e adultos de ambos os sexos, detentores de elevados recursos socioprofissionais e qualificacionais (Crompton, 1994; Jamieson, 1999; Kaufmann, 2000; Guerreiro, 2003; Heath e Cleaver, 2003; Lamourère, 2003; Chandler e outros, 2004). Ou seja, não deixando de incluir importantes fatias de precariedade, ligadas a situações de pobreza, exclusão social e marginalidade social, que os próprios dinamismos presentes na transformação social ajudam a produzir, o fenómeno diversificou-se, assumindo contornos de maior complexidade, nele convergindo, como se procurará demonstrar, tendências, por vezes, de sentido contraditório.

A abordagem dos protagonismos sociais contrastantes de estilos de vida, nas suas características estruturais e nas práticas sociais observáveis no quotidiano, que envolve, na actualidade, o aumento da residência unipessoal nas sociedades mais

¹ O presente texto insere-se num trabalho mais amplo, integrado no projecto de tese para obtenção do grau de doutoramento em sociologia, pelo ISCTE; o qual conta com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através da atribuição de uma bolsa de doutoramento. Uma primeira versão deste documento foi revista pelo Professor Doutor António Firmino da Costa, ao qual agradeço as sugestões e a leitura atenta que então fez, assim como a paciência que tem tido no acompanhamento desta pesquisa.

² Por exemplo, no caso europeu, perto de 50% das unidades domésticas em Munique, Frankfurt, e Paris contêm apenas uma pessoa, enquanto em Londres quatro em cada 10 vivem nesse mesmo contexto de residência (Furedi, 2002). Ainda longe destes dados, mas ainda assim denunciando uma evolução que alinha na tendência de crescimento do fenómeno, está a cidade de Lisboa, onde sensivelmente ¼ das unidades de alojamento são constituídas por uma só pessoa (INE, Censos 2001, dados não publicados).

avançadas, coloca-nos assim, em primeiro lugar, o desafio de procurar grelhas de leitura e análise dos comportamentos sociais e orientações simbólicas dos actores individuais, alguns dos quais poderão situar-se no limiar da mudança social. Num segundo nível, impele-nos ainda para a identificação dos mecanismos culturais e institucionais que no plano societal os enquadram e possibilitam. Se, como sublinha Jim Ogg (2003), nos finais da década de 1990 eram escassas as referências de estudos sociológicos que tomavam como problemática central a residência unipessoal (donde o trabalho do britânico Jeremy Tunstall, publicado em 1966, constitui uma das excepções), a relevância social e analítica que o fenómeno assume na actualidade está bem patente na multiplicidade de estudos que designadamente por toda a Europa, América do Norte e Austrália, sobretudo desde a viragem do milénio, se vêm debruçando sobre o seu crescimento, os processos de mudança social que envolve e os impactos que tem, em termos presentes e futuros, nas relações entre indivíduo e sociedade (veja-se entre outros Crompton, 1994; Jamieson, 1999; Levin e Trost, 1999; Kaufmann, 2000; Velcoff, 2001; Bouwel e Weber, 2002; Hays e George, 2002; Levin, 2002; Boutin, 2003; Francese, 2003; Gilmour, Gibson e Campbell, 2003; Guerreiro, 2003; Heath e Cleaver, 2003; Lamourère, 2003; Milan e Peters, 2003; Mutchler e Burr, 2003; Ogg, 2003; Schurmans, 2003; Levin, 2004; Roseneil e Budgeon, 2004; Cartwright e Hughson, 2005; Lewis, 2005; Smith, Wasoff e Jamieson, 2005; Victor e outros, 2005).³

³ Isto a par de outras publicações, tipo manuais ou “guias práticos para a vida”, cujas temáticas dominantes, reconhecendo o forte crescimento da mono-residência na actualidade, têm como orientação geral a procura de fórmulas para a aquisição de um controlo prático sobre a vida pessoal. O conjunto desses manuais pode ser organizado em três grandes segmentos. Num primeiro, dirigido sobretudo a *mulheres altamente qualificadas* e com exercícios profissionais de reconhecimento correspondente, que protagonizam o “viver só” num quadro de independência económica, perspectivase a diversidade de experiências presentes na mono-residência, no essencial, como a oportunidade de emancipação e reencontro consigo mesma, de viver em pleno a autonomia e liberdade, dentro e fora de casa, e de construção igualitária das relações de intimidade assentes no apoio emocional mútuo, na estima e no respeito equivalentes (entre outros: Bence, 1982; Anderson, Stewart e Dimidjian, 1995; Clements, 1998, 1999; Porter, 1999; Lewis, 2001; Stone, 2002; Feldon, 2003; Ford, 2004). Num segundo bloco, ainda dirigido sobretudo aos protagonistas femininos da residência unipessoal e da monoparentalidade, focalizando a fórmula *mais vale só que mal acompanhada* – numa espécie de “remar contra a maré”, em sociedades ainda dominadas, em termos simbólicos e das práticas sociais, pelo poder no masculino e pela vida em casal, tendencialmente geradoras de desequilíbrios e desigualdades de género –, apontam-se receitas que procuram apoiar uma alteração das atitudes nas relações com o sexo oposto, designadamente na forma como se *deve* estruturar a intimidade: “sem submissão” ou qualquer tipo de “dependências” emocionais, físicas e/ou financeiras, ou ainda as relações com familiares e com a vida doméstica. Os constrangimentos essenciais que se colocam às mulheres que procuram levar uma vida autónoma, aqui identificados, são sobretudo de natureza

No conjunto destes estudos, uma das principais linhas de análise sobre o crescimento da residência unipessoal, desenvolve-se em torno da discussão contemporânea sobre a individualização ou *individualisierung*, no sentido do individualismo institucionalizado (Beck e Beck-Gernsheim, 2003),⁴ ou da “modernização reflexiva” de todas as esferas da vida social (Beck, Guiddens e Lash, 2000), e da “destraditionalização” dos valores e modos de viver as relações de intimidade na família, na conjugalidade e nas redes de amigos (Crook, Pakulski e Waters, 1992; Bauman, 1994, 1995; Giddens, 1996, 1997, 1998; Jamieson, 1999; Bauman, 2000, 2001, 2003; Beck e Beck-Gernsheim, 2003; Heath e Cleaver, 2003; Beck, 2004; Roseneil e Budgeon, 2004). Nestas reflexões, tal como sugere Jean-Claude Kaufmann (2000:22) “A *vida solitária* [em particular quando protagonizada pela “fracção de classe dos intelectuais”, vista como a única capaz de conferir sentido e de articular um novo paradigma da cultura de modernidade]⁵ torna-se, em muitos casos, a manifestação mais clara (e constitui um indicador fiável) e mais radical do movimento, difuso e multiforme, da centração do indivíduo sobre si mesmo”. Isto numa orientação que se enraíza no desejo profundo, generalizado em todas as sociedades ocidentais, de vida independente: onde ter dinheiro significa ter o seu próprio dinheiro, ter espaço significa ter o seu próprio espaço, e mesmo o mais elementar sentido da vida pode ser vivido tendo como centro o próprio indivíduo (Beck e Beck-Gernsheim, 2003:22).

económica ou financeira, e decorrem de ambivalências sociais globais, pelo que a sua solução, sublinha-se nestas perspectivas, passa por uma co-responsabilização pública, levada a cabo por políticas de discriminação positiva nas esferas do trabalho e na assistência social à família (Amador e Kiersky, 1999; Ornstein, 2000; Fraser, 2001; Lewis, 2001). Uma terceira orientação enfatiza, no substancial, o crescimento da mono-residência de homens e mulheres como mais um sinal de “crise” na família, numa sociedade onde genericamente a ética e moral tradicionais dão lugar à desresponsabilização, ao hedonismo consumista e ao afastamento face aos outros. As análises aqui desenvolvidas fazem pois apelos ou sugestões à *procura de alternativas a uma solidão negativa e tendencialmente “egoísta”*, que, neste olhar, se supõe tais contextos de residência tendem a enfatizar, nomeadamente apontando caminhos facilitadores à criação de novas amizades e/ou sugerindo aos seus protagonistas uma reorientação moral e espiritual, e uma acrescida participação cívica e religiosa (Cf. Anderson e Gardner, 1997).

⁴ Um conceito utilizado por Talcott Parsons na obra *Religion in Postindustrial Society* (1978: 321), com o qual caracteriza a condição do indivíduo na vida moderna, confrontado, em muitos níveis, com o dever e desafio de gestão da própria vida independente, fora dos limites da família, da tribo, da religião, e da classe social, segundo novas linhas de orientação, estas produzidas pelo estado, pela burocracia, o mercado de trabalho, etc. (Beck e Beck-Gernsheim, 2003:11).

⁵ Scott Lash e Brian Wynne nos comentários introdutórios ao livro *Sociedade de Risco*, da autoria de Ulrich Beck (2004:6).

Uma segunda vertente de reflexão sociológica, dominante nas perspectivas de abordagem do fenómeno de residência unipessoal em meados do século passado (Townsend, 1957; Tunstall, 1966), e entretanto com desenvolvimentos próprios, sobretudo na área da psicologia (Russell, 1996; Rokach e Brock, 1997; Buchholz, 1998; Cramer e Neyedley, 1998; Buchholz e Catton, 1999; Terrell, Terrell e von Drashek, 2000; Baarsen e outros, 2001; Devereaux, 2001; Klinenberg, 2001; Velcoff, 2001; Wolf, 2001; Hays e George, 2002; Satariano, Haight e Tager, 2002; Gilmour, Gibson e Campbell, 2003; Mutchler e Burr, 2003; Ditommaso, Brannen e Best, 2004; Johnson, Gallagher e Wolinsky, 2004; Minzi e Sacchi, 2004; Perren, Arber e Davidson, 2004; Karnick, 2005; Victor e outros, 2005),⁶ procura fundamentalmente quantificar e delimitar conceptualmente o eventual aumento da “solidão”, do “isolamento social” e/ou das situações de “anomia”, em segmentos sociais específicos, sobretudo, delineados segundo critérios etários e/ou de género ou ainda articulando estes com o momento de ciclo de vida, a situação conjugal e as redes sociais em que os indivíduos estão inseridos. Nesta linha de abordagem as reflexões são frequentemente estruturadas tendo como pano de fundo outros objectos que não a mono-residência, embora esta – ou o tempo que se permanece sozinho numa casa, no caso das crianças e adolescentes, por exemplo – seja tida como uma variável importante para compreender preocupações gerais ligadas à incidência e ao crescimento de sentimentos de solidão e/ou de situações de isolamento relacional, nos segmentos sociais em análise. Nesta linha problemática de reflexão destacam-se ainda propostas recentes que apontam para uma abordagem destes fenómenos a partir de formulações que dêem conta da multiplicidade de experiências que aí podem estar cobertas (Boutin, 2003; Schurmans, 2003, 2004; Pais, 2006). Entre estas, a socióloga Marie-Noëlle Schurmans propõe a construção de uma perspectiva que enfatiza o carácter dinâmico, relacional e diversificado das concepções, vivências e contextos que podem estar imbricados no que se designa, num sentido lato, como “solidão”. Um conceito que, na sua perspectiva analítica, mais do que uma situação ou um

⁶ Veja-se em Bella DePaulo (2004), investigadora no Institute Research and Policy Division of the American Association for Single People (AASP), uma amostra de outros estudos publicados em revistas de psicologia que tomam como centro de análise o que a autora designa por *loneliness* ou “solidão” e, de forma menos frequente, a *solitude* ou o “ser solitário” por opção pessoal; situações que, na sua perspectiva, de forma muitas vezes equivocada são equiparadas entre si.

“sentimento” que se define de forma apriorística, se constitui na e pela experiência, a qual na sua diversidade tem um elemento comum: o de conduzir as pessoas nelas envolvidas a reinterrogarem a sua prática de interacção consigo mesmas, com os seus contextos e com os outros.

É pois a partir de um aprofundamento conceptual, que enraíza nesta vertente de reflexão, que se desenvolve uma primeira aproximação ao objecto da presente pesquisa.

Linhas de construção de um objecto sociológico

“Estar só”, “viver só”, “sentir-se só”, “viver em solidão”, “isolar-se dos outros”, “ser solitário”, “sentir-se isolado”, etc. são noções que, com frequência, se assimilam como equivalentes e que, de forma imediata, no senso comum se associam de forma indiferenciada ao segmento de pessoas que aqui nos propomos analisar: as pessoas que residem sozinhas num alojamento independente.⁷ Como se tal contexto de “residência unipessoal” ou “mono-residência” fosse *per si* um sintoma inquestionável de rotura dos laços sociais e de isolamento face aos outros.⁸ Ilustrando com extractos de uma peça jornalística publicada num jornal diário de grande difusão:

⁷ Considerando apenas as situações de pessoas em contexto de residência unipessoal, sem partilha de alojamento com terceiros independentes, um conceito que, desta forma, não corresponde exactamente à categoria de “pessoas sós” utilizada nomeadamente pelo INE nos censos de 1991 e 2001, já que aí também se incluem as situações de partilha de alojamento por pessoas independentes entre si (Aboim, 2003:16), como é o caso, relativamente frequente, de estudantes deslocados por motivos de estudo ou de trabalhadores oriundos de outras regiões, do país ou estrangeiro. De sublinhar que esta opção só é possível de operacionalizar em termos de análise estatística, na medida em que as referências estatísticas centrais nos foram facultadas em bases de microdados, tanto pelo Instituto Nacional de Estatística (Censos 1991 e 2001 e IOF 2000), como pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Centre for Comparative Social Surveys (European Social Survey 2005), no caso das análises de comparação internacional, sendo então referenciada à categoria estatística “pessoas em alojamento de uma só pessoa.

⁸ Vão neste sentido os títulos jornalísticos de alguns textos publicados nos últimos dois/três anos, tendo como pano de fundo as temáticas da “solidão” e do “isolamento social” na sociedade portuguesa contemporânea – • “Isolamento: Há meio milhão de viúvas em Portugal. Mais de metade das pessoas sós são idosos”, *Diário de Notícias*, 12 de Janeiro de 2003; • “Portugueses a viver sozinhos já são mais de 600 mil”, *Jornal Público*, 18 de Março de 2004; • “Solidão (também) mata... não só idosos como jovens”; *Diário de Notícias*, 6 de Dezembro de 2004 • “Lisboa tem 34 mil pessoas idosas completamente sós”; *Diário de Notícias*, 27 de Fevereiro de 2005. Ao mesmo tempo que se dá conta do aumento do número de pessoas que “vivem sós” em Portugal e da sua incidência estatística nos contextos urbanos e, nestes, nos segmentos mais idosos, na sua mediatização, sublinham-se sobretudo os vectores mais negativos do fenómeno, perspectivando-o como o reflexo de uma fragmentação de instituições básicas, como a família e o estado social, de uma sociedade, desta forma, cada vez mais,

“(...) Quando as pessoas se apercebem que a solidão é a sua companhia, o rosto entristece, a alma desvanece, um forte pesar parece invadir o pensamento. O cenário torna-se deprimente. O futuro sem esperança.” [quebra de parágrafo, iniciando imediatamente a seguir com dados que supostamente objectivam estas representações] “O número de pessoas que vivem sozinhas, sem família ou companheiro(a) é cada vez maior nas grandes cidades da Europa e da América.” (Manuel Neto, *Diário de Notícias*, 06-12-2004).

É ainda nesta orientação que se nos apresenta a definição linguística da condição de “só”, nomeadamente no *Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa* (ACL, 2001:3431), onde aquela é associada a uma circunstância emocional de tristeza/infelicidade pela ausência do outro. Para além de se assimilar o “só” ao 1. “estar isolado, afastado” e ao; 2. “estar sem companhia”, enfatiza-se esta condição na situação de viuvez feminina, mais frequente no segmento etário da mulher idosa: “*sente-se muito só desde que o marido morreu*”. No mesmo sentido, a “solidão” é definida como o 1. “Estado da pessoa que se sente só ou que está só, que se sente isolada do mundo, dos outros” (*idem*: 3446). Sendo pois construída como um estado eminentemente subjectivo, a solidão é identificada primariamente com o tema mais do que com o sujeito, e dominada por sentimentos de falta de companhia, nomeadamente pela perda de um familiar, no caso antes sublinhado, o marido que morreu, ou de amigos e outros confidentes. Pelo contrário, no mesmo dicionário, o “solitário” 1. “que vive em solidão, isolado do mundo”; 2. “pessoa que vive ou gosta de viver só” é descrito como um promotor de um quadro de vida próprio: como aquele 1. “que gosta de estar só ou viver só”; 2. “que se afasta da convivência com os outros. *Era uma pessoa solitária, amante da solidão, do silêncio, de tudo quanto o isolasse do mundo.*” (*idem*: 3448)

Encontramos, de alguma forma, a mesma demarcação conceptual em Jean-Claude Kaufmann (2000), nos conceitos “vida a solo” e “vida solitária” que distingue em termos analíticos da noção de “solidão”, propriamente dita. Esta apenas utilizada pelo autor para designar o sentimento ou a percepção *negativa* da experiência de *vida a solo*. A equiparação que o autor na sua análise acaba por fazer entre residência

incapaz de produzir condições de integração de diversos segmentos particularmente permeáveis à exclusão social, com particular destaque para as idosas em situação de viuvez.

unipessoal e “vida a solo” parece, contudo, também contribuir para um tipo de ambivalência linguística e analítica sublinhado, por exemplo, por Talcott Parsons, e que deriva da assimilação do alojamento ao “local onde a pessoa ‘vive’, como se aquela deixasse de estar viva quando se encontra fora da sua residência.” (1966:286).

As representações dominantes reenviam assim o “estar só” “viver só” para definições *a priori* de solidão, enquanto estado ou condição que se define por si próprio, deixando pouca margem para uma apreensão da complexidade de contextos, comportamentos, orientações e sentimentos que, de facto, podem estar imbricados neste tipo de experiências. Genericamente, como aponta Marie-Noëlle Schurmans (2003, 2004), regista-se uma tendência para considerar a “pessoa só” não somente sob um ângulo de sofrimento, mas igualmente de vitimação, descrevendo-se os seus protagonistas como pessoas, no essencial, privadas de relações interpessoais ditas normais, isto quer em termos quantitativos, quer qualitativos. Este retrato é ainda tanto mais acentuado quando os cenários evocados reenviam, também eles, para situações sociais à partida mais fragilizadas e susceptíveis, de facto, de enquadrar a “desfiliação” (Castel, 1995) em relação às instâncias sociais mais significativas, como é o caso, também nos artigos de jornal sublinhados, das *pessoas idosas*, segmento social que “enquanto estereótipo socialmente produzido e facilmente reconhecível, enquadra uma categoria de indivíduos, cujas propriedades, relativamente homogéneas, são normalmente identificadas com isolamento, solidão, doença e mesmo exclusão social.” (Fernandes, 1997:39).

A representação da “pessoa só” como um indivíduo isolado alienado ou “desenraizado” do contexto social envolvente encontra também eco em alguns dos clássicos da sociologia. Como o nota Bernard Lahire (2003:250) encontramos “mesmo em Max Weber, que estava, todavia, longe de excluir os actores individuais da sua sociologia compreensiva, a ideia segundo a qual um acto isolado não é um acto social. Por exemplo, um comportamento religioso – de resto, como vimos, um dos registos mais positivos associados à solidão ou ao “ser solitário”, equiparado a serenidade, calma e paz de espírito – não é uma actividade social «se for apenas contemplação, oração solitária, etc.» (1971, p. 20). Ora [afirma Lahire] “um comportamento solitário é tão social como um comportamento com outrem e isso porque um ‘indivíduo isolado’ é intersubjectivo por natureza e porque a sua

actividade mental ‘interior’ está dependente das suas experiências passadas e presentes (...). E, acrescenta o autor, “poderíamos responder a Max Weber por intermédio de Maurice Halbwachs (1968: 2) ‘que na realidade nós nunca estamos sós’, pois ‘não é necessário que outros homens estejam presentes, que se distingam materialmente de nós: pois trazemos sempre connosco e em nós uma quantidade de pessoas entre si diferenciadas’.”

Como diria Georg Simmel (1995), na multiplicidade de pertenças e ligações, sucessivamente alargadas, de cada membro a diversos círculos sociais, o indivíduo ao mesmo tempo que, cada vez mais, se “isola” da experiência passada, elementar, caracterizada pela ligação estreita ao universo da família, vai construindo com alguma ambivalência ou mesmo conflitualidade, gerada nas inúmeras influências dessas várias pertenças, as condições da sua autonomia e individualização. Estas assim possibilitadas pela interação e o confronto dinâmico e permanente com os outros – contextos, condições, círculos de interesse e influências –, do qual cada um, com as suas “qualidades especiais”, internamente diferenciadas, acaba por ser a soma e o produto.

Acresce que, como demonstram nomeadamente alguns estudos desenvolvidos no âmbito da psicologia, qualquer um pode *sofrer* de solidão mesmo estando envolvido em relações de conjugalidade ou parentalidade ou no seio de amigos ou outros (Buchholz, 1998; Yum, 2003); assim como pode procurar a solidão não para um reencontro espiritual com o seu *eu*, mas pela fuga de si mesmo: por exemplo, recorrendo a uma “sobreconexão” ou ao barulho e turbulência da multidão que, na sua energia absorvente, acaba por promover as condições para uma alienação de si (Tonkiss, 2003). Além disso, como sublinha Ester Buchholz (1998:2), “desejar alguém a quem amamos, um familiar ou um amigo não é causa de solidão, assim como encontrar alguém não é a sua cura”. Nem sempre as relações interpessoais que se estabelecem no quotidiano preenchem as necessidades de relacionamentos sociais de cada um. Em alguns casos esses contactos são mesmo apenas mantidos à custa de um extremo sacrifício dos compromissos pessoais – sobretudo em relações de subordinação, como são as que ainda caracterizam as condições materiais de existência de muitas mulheres nas sociedades actuais (Bourdieu, 1999; Jamieson, 1999), e isto mesmo em contextos que reivindicam em termos de orientações

valorativas dominantes, como é o caso da sociedade portuguesa, o modelo simétrico nas relações de género (Torres, 1996; Aboim, 2006). Da mesma forma, este tipo de dependência relacional, vivida em termos físicos e emocionais, por uma das partes ou por ambas, de forma constrangedora, pode ainda colocar-se, ou mesmo sobrepor-se, no âmbito das trocas entre gerações, estando na origem de conflitualidades latentes e/ou manifestas, designadamente entre jovens e adultos e entre estes e respectivos ascendentes idosos (Tunstall, 1966; São José, Wall e Correia, 2002; Heath e Cleaver, 2003; Ogg, 2003). É assim que, muitas vezes, mais do que um sintoma de alienação, o desejo e necessidade de independência, enfim, declarado na sua expressão mais radical na procura de um espaço físico individual que o próprio controla, como é o caso, aqui em análise, da mono-residência, pode constituir mesmo uma condição de auto-realização e de autodescoberta (Hollenhorst, Frank e Watson, 1994; Giddens, 1997; Buchholz, 1998; Devereaux, 2001; Heath e Cleaver, 2003; Long e outros, 2003; Schurmans, 2003).

Significativamente, é no aprofundamento das questões da “velhice”, face ao reconhecimento de um envelhecimento crescente, ou no âmbito de trabalhos extensivos de caracterização das condições de vida da “pessoa idosa”, definida esta segundo o critério estatístico de “pessoa com 65 e mais anos”, que em meados do século passado, Jeremy Tunstall (1966) desenvolve um estudo sociológico focalizado no fenómeno da residência unipessoal.⁹

A abordagem então dominante, inspirava-se na perspectiva do estrutural funcionalismo, que conceptualiza a sociedade como uma totalidade onde cada parte se integra no todo, produzindo equilíbrio e estabilidade, e onde os “desvios” ou as disfunções decorrem do funcionamento do próprio sistema, devendo ser absorvidos através de mecanismos de controlo que promovem a integração (Parsons, 1976). Neste paradigma, onde o modelo “normal” é a família nuclear, as novas tendências sóciodemográficas associadas ao crescimento da residência unipessoal, sobretudo em idades avançadas, pareciam exemplificar a fragmentação da família e da vida

⁹ Na concretização da sua análise Tunstall trabalha com dados do inquérito aplicado em Inglaterra, em 1962, a 2500 pessoas com 65 e mais anos – referenciado a uma pesquisa comparativa desenvolvida, simultaneamente, na Dinamarca, EUA e Inglaterra (Townsend, 1957); os quais complementa com entrevistas em profundidade dirigidas a um subconjunto de 195 indivíduos em situação de mono-residência.

comunitária decorrentes do crescimento da urbanização, sendo o fenómeno perspectivado, antes de mais, como um potencial problema social, cuja solução passaria pela provisão de mais serviços sociais e pelo eventual aumento das pensões. Isto, num quadro onde, simultaneamente, sob as condições do capitalismo moderno, o “isolamento social” – olhado tal como em Durkheim, como um “produto de anomia” – é encarado como uma “inevitabilidade” em certos grupos, sendo a residência unipessoal de idosos um exemplo desse fenómeno de exclusão social.

É pois nesta orientação que Tunstall (1966) procura apurar em que medida o crescimento da residência unipessoal no grupo etário com 65 e mais anos constitui uma manifestação de problemas sociais.¹⁰ O modelo teórico utilizado pelo autor tem como conceitos cruciais o “isolamento” e a “solidão”: sendo o primeiro – “estar só” – percebido como um estado anómico objectivo (e mensurável)¹¹ marcado pela ausência de contactos; e o segundo – “sentir-se só” – o produto de construções cognitivas individuais (de “personalidade”) decorrente de avaliações de circunstâncias pessoais no contexto social envolvente (*idem*: 17-20). Na perspectiva de Jeremy Tunstall, se um número significativo de pessoas idosas, em particular as que estão em mono-residência, experimentar a solidão e/ou o isolamento social, nomeadamente face às redes primárias da família e do trabalho, esta será uma forma de confirmar quer a hipótese de a última fase da vida, desde a reforma à viuvez, constituir essencialmente um processo de marginalização ao qual o indivíduo necessita de se adaptar, quer, além disso, para avaliar em que medida sob as condições do capitalismo moderno certos segmentos sociais estariam mais permeáveis a problemas sociais e a serem marginalizados.¹²

¹⁰ Na introdução ao livro (pp. 1-13) Jeremy Tunstall sublinha que, de acordo com os dados do inquérito aplicado em Inglaterra, no início da década de 1960, cerca de 1/5 das pessoas com 65 e mais anos – em termos de valores absolutos 1,300,000 – residem sozinhas (embora considere neste conjunto também as que partilham alojamento com outros independentes); um número ainda maior – 1,600,000 – declara sentir-se por vezes só, ¼ dos quais com frequência; e cerca de um milhão estão socialmente isoladas ou vivem, segundo o autor, em situação de anomia. Estes dados parecem contudo não fazer da Inglaterra um caso específico, já que os inquéritos nacionais aplicados na Dinamarca e EUA, com base no mesmo instrumento de pesquisa, revelaram, também nesses países, proporções próximas de idosos em contexto de mono-residência (respectivamente 27,7% e 21,5%, em 1962) (Tunstall, 1966: 47)

¹¹ Tunstall utiliza para este efeito um “índice de isolamento” baseado em itens que têm como unidade básica de referência os contactos sociais *diários* estabelecidos com amigos e familiares ao longo de uma semana, pressupondo que a larga maioria vive numa rotina largamente pré-definida. (*idem*: 65).

¹² Na análise que desenvolve, Tunstall operacionaliza uma abordagem que equaciona uma diversidade de indicadores, que organizamos em termos de “recursos socioprofissionais” (localizações de classe e

Uma das mais importantes conclusões desta pesquisa, tal como, mais recentemente, em Jim Ogg (2003:158 e seg.), é que muitas, se não a maioria das pessoas com 65 e mais anos que residem sozinhas num alojamento, não experimentam uma redução significativa dos laços e dos contactos sociais, nem tão pouco se sentem em solidão. Na sua pesquisa Jeremy Tunstall sublinha ainda que “viver só num alojamento” não constitui uma descrição correcta e verdadeira do estado da situação, na medida em que muitos dos que residem sozinhos não estão de facto socialmente isolados. Ou seja, tanto para homens como para mulheres, “viver só” não é equivalente a “estar só” ou “sentir-se só”. Sendo que o “distanciamento”, desde logo, em relação a outros membros da família acontece muitas vezes por opção. O autor recupera neste âmbito o conceito, proposto por Leopold Rosenmayr e Eva Kockeis (1963, citados por Tunstall, 1966: 262-263), de “intimidade na distância” ou “flexibilidade funcional” para análise das relações que se estabelecem entre os idosos que residem sozinhos na sua casa e respectivos familiares. Concepções que sublinham a preferência, por parte daqueles, em terem uma residência independente – na casa onde viveram grande parte da sua vida, com os seus objectos pessoais, testemunhos vivos de experiências passadas – mas, ao mesmo tempo, suficientemente próxima de familiares e amigos de forma a não pôr em causa a regularidade de contactos. Uma segunda conclusão do mesmo estudo de Jeremy Tunstall remete para a importância das trajetórias e das experiências vividas enquanto adultos na forma como organizam e experimentam a residência unipessoal na velhice.¹³

condição perante o trabalho), “meios de vida” (dinheiro disponível para fazer face às despesas e apoios suplementares em géneros/serviços), “condições de habitação” (localização rural/urbana, estado de degradação e limpeza, disponibilidade de tecnologias de uso corrente; apoios domiciliários privados), “redes familiares e de sociabilidade” (familiares: filhos e irmãos; amigos: próximos, de longa data ainda vivos, novos amigos, e vizinhos), “condições institucionais” (disponibilidade de apoios de cuidado e acompanhamento e serviços sociais de providência em geral); “saúde” (condições de saúde/mobilidade, facilidade de acesso aos cuidados de saúde) e “perfis sócio-demográficos” (idade, sexo, situação conjugal, ter ou não filhos e laços de parentesco colaterais); às quais adiciona, ainda, uma análise de pendor psicológico sobre as “orientações de “personalidade” [ou o “sistema de personalidade dos actores individuais”, visto no modelo funcionalista de referência como “um dos aspectos de um sistema total concreto de acção social” (Parsons: 1976: 17)]. Aqui para interpretar o facto de pessoas aparentemente em condições materiais de existência semelhantes apresentarem formas diferenciadas de vivenciar a sua situação, nomeadamente em relação à solidão.

¹³ Cf. p. 108, onde o autor apresenta uma interessante síntese das principais conclusões, numa tabela. Os resultados alcançados [organizados em quatro grandes categorias analíticas: 1. “mono-residência”; 2. “isolamento social”; 3. “solidão”; 4. “anomia”] têm o mérito de apontar quais os segmentos de indivíduos com 65 e mais anos que correm maior “risco” de poderem configurar a mono-residência como uma situação de exclusão social: são em particular mulheres, solteiros ou com viuvez recente,

Tendo como pano de fundo problemático a “solidão”, num estudo qualitativo baseado em histórias de vida, Marie-Noëlle Schurmans (2003 e 2004),¹⁴ procura construir uma nova perspectiva daquele fenómeno, quer por uma ênfase na diversidade de experiências que aí podem estar cobertas, quer esforçando-se por o considerar como *acções* marcadas por dinamismos constantes, e *não* como um *estado* que realça a ausência de inserção social.

Embora reconhecendo a relevância analítica da distinção conceptual de “solidão-isolamento *relacional*” e “solidão-isolamento *emocional*”, Schurmans demarca-se ainda assim, de propostas recentes que delimitam de forma apriorística a solidão,¹⁵ ora enfatizando o grau de conectividade que une diferentes indivíduos¹⁶ ora, fundamentalmente, a percepção qualitativa sobre o estar só, tal como é representada valorativamente num dado momento pelo o próprio indivíduo, acabando por definir um quadro simplificado e rigidificante que não permite mudança, nem tão pouco a construção de perspectivas relacionais. Em oposição a esta “dominante normativa” a autora constrói um modelo assente numa tripla inversão de perspectiva: 1) identifica a solidão focalizando as experiências de vida a propósito das quais aquele conceito adquire sentido para quem o refere; 2) mais do que procurar saber o que os outros definem ser a solidão, a autora procura compreender o ponto de vista dos que a

sem filhos e outros colaterais, pessoas em idade avançada (com 70 e mais anos), indivíduos com mobilidade limitada por razões de doença ou dependência, reformados e domésticas, com localizações sociais de classe no operariado, baixos recursos económicos e baixa participação social [a ordem de variáveis corresponde à apresentada pelo autor no quadro síntese].

A esta descrição tenderíamos ainda a acrescentar, pelo menos, a muito provável carência de recursos socioeducacionais, nomeadamente considerando a importância destes na estruturação das distribuições desiguais de recursos, poderes e oportunidades nas sociedades contemporâneas (Costa, 1999; Costa e outros, 2000). Como sugere Paul Paillat (1991:4), só por si, a posse de recursos socioeducacionais específicos pode constituir um vector crucial no prelúdio de uma “velhice plena” versus “velhice vazia”(Mauritti, 2004).

¹⁴ O estudo publicado em livro sob o título *Les Solitudes* (Schurmans, 2003) toma como referente empírico cerca de 400 entrevistas, totalizando mais de 700 relatos de experiências de solidão.

¹⁵ Em especial análises produzidas no âmbito do INSEE no âmbito do inquérito sobre as “Relações da vida quotidiana e isolamento”, (Shon, 1999).

¹⁶ Entre muitos outros, caso, por exemplo da “UCLA Loneliness scale” (proposta por Daniel Russel num trabalho de 1996, entretanto por diversas vezes actualizada), amplamente utilizada nas abordagens desenvolvidas no âmbito da psicologia e nas perspectivas dos cuidados de saúde (ver entre outros Ditommaso, Brannen e Best, 2004; Hughes e outros, 2004) ou ainda a escala De Jong-Gierveld, 1984, utilizada por Baarsen e outros, 2001. Caso também do índice, antes assinalado, proposto por Jeremy Tunstall (1966) a partir de uma reformulação do sistema utilizado por Peter Townsend (1957); ou ainda de análises produzidas actualmente no âmbito do INSEE (Shon, 1999).

mencionam para classificar a sua própria experiência; 3) a solidão longe de ser uma condição, assume-se, na sua óptica, como algo em movimento, que atravessa uma história inscrita no tempo e no confronto do próprio consigo mesmo, com os seus contextos e nas interações com os outros.

Nos resultados do estudo, Schurmans sublinha duas grandes dimensões que diferenciam a tangibilidade da solidão: a “rejeição” (*rejet*) e a “retração” (*retrait*). Tais dimensões organizam, por sua vez, diferentes práticas correspondentes a distintas formas de sentir e de viver as múltiplas e numerosas experiências de desajustamento e de separação, produtoras de crise, de reflexão e de readaptação.

Na primeira dimensão [rejeição] estão agrupados, de forma geral, todos aqueles que seja por “perda”, “exílio”, “afastamento” e/ou “margem” têm em comum o facto de enquadrarem a sua experiência numa *não intencionalidade*: as respectivas solidões são então consideradas como tendo sido impostas pelo outro ou por circunstâncias ou acontecimentos imprevisíveis. Neste conjunto, a existência de “solidão-perda” é vivida como uma rotura biográfica ou reestruturação das normas habituais de interação. Orientações no sentido de ultrapassar tais experiências passam por um trabalho reflexivo de reconstrução das relações; quando, pelo contrário, os acontecimentos subsequentes à rotura tendem a perdurar no tempo, uma nova identidade ou imagem de si impõe-se. É aqui que Schurmans classifica a “solidão-exílio”: correspondente a um sentimento dominante de desfasamento e separação de si e do meio envolvente. Numa primeira dinâmica, a distância que assim se instaura pode, também ela, ser erradicada através do restabelecimento de novas modalidades de troca, num segundo movimento pode, ao invés, envolver uma trajectória de retraimento progressivo e defensivo, culminando no que a autora designa de “solidão-afastamento”. Nesta biografia o sofrimento predominante nos momentos iniciais reconverte-se lentamente, à força da paciência e da perseverança, numa adaptação auto-reificante de redescoberta de si. Quanto às acções que a autora denomina de “solidões na margem” (*marge*), constituem-se na sequência de separações dolorosas, vistas pelos próprios como definitivas. Os respectivos protagonistas vivem como que num mundo paralelo, onde a solidão se instalou, referindo-se-lhe como uma consolação, ligada à sua aceitação, na qual enfatizam a

intensa dimensão de temporalidade exigida pelo arranjo de uma vida em mono-residência, sem expectativas tanto face ao presente como ao futuro.

Na segunda dimensão [retraimento] situam-se todos aqueles cujas experiências de solidão decorrem de acções pessoais, mesmo que as consequências não fossem à partida esperadas. Também aqui a autora classifica quatro contextos relacionais diferenciados na vivência da solidão: “iniciação”, “adaptação”, “defesa” e “incorporação”. A primeira destas experiências “solidão-iniciação” reenvia ao processo reflexivo de emancipação face à família de origem, ao início de uma trajectória, nesse sentido, solitária onde o retorno é incerto, dominada por sentimentos de auto-confrontação e curiosidade pelo desconhecido, este simultaneamente exterior e interior ao próprio indivíduo, sendo fundada em acções orientadas pela necessidade de “pôr-se à prova”, “saber até onde pode ir”, sem no entanto ter um destino predefinido. Também este tipo de experiências de solidão parecem suscitar ocasiões para novas aprendizagens. Nos respectivos percursos biográficos, podem reconverter-se em “solidão-adaptação”, caracterizada por uma maturidade adquirida pela experiência e pela capacidade de lidar com flexibilidade com situações ocasionais menos positivas. A experiência deste tipo de solidão emerge assim como um enriquecimento simbólico: como um reservatório de sentidos susceptível de ser explorado noutras situações em que se caiu sem intencionalidade. Quanto à solidão-defesa” constitui-se na procura de um equilíbrio ou estabilidade face à pressão suscitada pelo mau estar causado pela instabilidade das interdependências sociais. Tem lugar, por exemplo, quando os actores sociais, apesar de inseridos numa densa teia de relacionamentos amicais, encontram dificuldades de comunicação noutros contextos de intimidade, entre os quais sobressaem as relações com a família. A solidão-defesa pode ainda culminar em “solidão-incorporada”, correspondente à afirmação identitária e à *escolha de um modo de vida solitário*, como tal assumido pelo próprio. Neste quadro conhecer e apreciar a *sua* solidão-opção, como a podemos também nomear, constitui-se igualmente como uma oportunidade de gerir momentos de solidão-opressão, que ocasionalmente, de forma mais ou menos transitória, também se impõem.

O modelo analítico proposto por Marie-Noëlle Schurmans permite-nos assim perspectivar o facto de diferentes experiências de “solidão” conterem em si um forte

potencial de transformação, constituindo, antes de mais, respostas singulares, construídas por mecanismos relacionais, nas interações com *o outro* (pessoas e contextos), assim como na relação consigo próprio e as suas trajetórias de vida. A autora indica-nos, desta forma, que é simultaneamente olhando para os posicionamentos actuais e percursos biográficos de cada indivíduo, no essencial, percebidos como *actores sociais* com recursos e capacidades interventivas próprias, e para o emaranhado de uma pluralidade de práticas e relações dinâmicas, diferenciadas, intermutáveis e por vezes, até contraditórias entre si, que aqueles estabelecem nos respectivos contextos relacionais, que devemos procurar uma compreensão para o crescimento e diversificação de estilos de vida em mono-residência nas sociedades actuais – consubstanciados estes, ou não, em experiências de solidão.

Esta focalização na multiplicidade de experiências que, inclusive, um mesmo actor social, neste sentido, um “homem plural” (Lahire, 2003:46), pode vivenciar ao longo da sua trajetória de vida, nas suas sucessivas socializações ou mesmo, face a uma prática quotidiana, em função das interações simultâneas e das lógicas específicas que efectivamente mobiliza nos diferentes contextos em que circula, conduz-nos ainda a procurar uma sistematização que permita olhar para o “só”, a “solidão” e o “ser solitário” – classificações simbólicas que, tendencialmente, tendem a ser perspectivadas de forma estanque, pelo destaque de apenas alguns dos seus atributos e numa dissociação entre o sujeito, a sua situação e os contextos em que circula, em termos passados, presentes e futuros – como acções ou deslocamentos dinâmicos e contingentes, que podem simultaneamente coexistir, de forma diversificada e até conflitual, designadamente nos protagonismos de residência unipessoal. Acções que podem ainda ser ainda entendidas como “crises de elo de cumplicidade ou de convivência ontológica” entre o incorporado (produzido ao longo do conjunto diferenciado e eventualmente contraditório de experiências passadas) e as numerosas e multiformes situações quotidianas do presente, que caracterizam a condição humana em sociedades complexas, plurais e em transformação (*idem*: 63).

Tendo como fundo este olhar, resta, ainda assim, apurar quais as condições sócio-históricas e institucionais que nas sociedades avançadas da actualidade tornaram possível um crescimento tão avassalador da mono-residência. É pois nesta orientação

analítica que se posicionam as reflexões seguintes, tendo como perspectiva problemática a *individualização*.

Uma solução biográfica que resulta de contradições sociais globais

Num conjunto significativo de pesquisas e análises sociológicas é enfatizado o facto de vivermos hoje num período de mudanças radicais, marcado por crescentes e multifacetados níveis de incerteza, envolvendo dinâmicas intensas de “interligação entre dois extremos de extensividade e intensividade: influências globalizadoras, por um lado, e tendências pessoais, por outro.” (Giddens, 1997:1) Esta interligação, ao mesmo tempo que, na escala global, produz uma “distensão” espacial e temporal de diferentes contextos de relações sociais, ao nível local promove uma intensa proliferação das identidades culturais e dos eventos específicos que contextualizam a vida quotidiana (Costa, 2002).

Por influência, sobretudo, dos meios electrónicos e audiovisuais de comunicação de massa, umas das principais características das implicações globalizadoras ou dos modos de reorganização e conexão entre diferentes contextos sociais ou regiões, no plano da reflexividade da vida social, radica no confronto e na partilha, pela incorporação na experiência pessoal, de um conjunto alargado de referências de acção, relativas a uma variedade de acontecimentos, estilos de vida, valores, ideias, oportunidades e saberes, face aos quais ninguém pode evitar confrontar-se. Sem precedentes em épocas anteriores, “defrontar-se com tal ‘oportunidade’ cultural conduz a um alargamento das possibilidades de vida de cada indivíduo” (Kugelberg, 1998:43). Mas, ao mesmo tempo, no leque diversificado de opções possíveis, cabe a cada um encontrar a regra que enquadra os seus comportamentos e, no seguimento, assumir os riscos daí decorrentes.

Needing to become what one is: “ser autêntico e igual a si próprio” constitui, neste sentido, uma das marcas distintivas da vida moderna (Bauman, 2001, 2003), tornando-se um valor proeminente no enquadramento do projecto reflexivo para a auto-realização do *self* (Giddens, 1996, 1997, 1998). Tal produção não resulta contudo de um único acto. Trata-se de uma actividade caracterizada pelos fluxos (Castells, 2002), por uma racionalidade sempre indeterminada e condicionada permanentemente

pela mudança, através da qual cada actor social reconstrói e renegoceia os seus envolvimento em sociedade.

Nas perspectivas, digamos assim, mais *pessimistas*, os processos de individualização aqui presentes podem ser olhados como sintomas de “fragmentação” e “descontinuidade” da própria individualidade e das relações sociais, por via do carácter “episódico”, “ensaístico” e “instável” de todos os aspectos das condições sociais de existência, assim como da transformação permanente e radical – senão mesmo o esvaziamento – daqueles que eram anteriormente os estandartes individuais e colectivos de referência da “normalidade” (Crook, Pakulski e Waters, 1992; Bauman, 1994, 1995, 2001, 2003).

Inserese ainda aqui o que outros autores designam como uma “crise do sujeito” (Fitoussi e Ronsavallon, 1997:21), nomeadamente ligada à transposição da dinâmica de “individualização-emancipação” numa de “individualização-fragilização” (*idem*: 19). Este um processo no âmbito do qual a independência material e simbólica, conquistada por cada um face às instituições tradicionais de integração e identificação – por exemplo, a libertação das mulheres do círculo familiar por via da integração no mercado laboral ou, de forma mais geral, a maior autonomia nas modalidades de relação com os outros, de que a mono-residência constitui um dos protagonismos – se torna em vulnerabilidade crescente e em insegurança e incerteza quanto ao futuro. Tais dinamismos, tendo lugar no quadro de uma intensa reorganização dos modos de diferenciação e de hierarquização sociais, ligados a factores internos e externos ao próprio indivíduo, são desenhados por cada actor social, na forma como organiza a sua vida, “de um modo cada vez mais precário e mais solitário” (Fitoussi e Rosanvallon, *idem*), traduzindo-se em “biografias não-lineares” (Bauman, 1994:189; Lash, 2003), que, por vezes, culminam numa “desfiliação” ou na rotura dos laços sociais (Castel, 1995) ou ainda em “biografias em colapso” (Beck, 2004).¹⁷ Estas são construídas por uma “autoconfrontação compulsiva”, em função de opções imediatas que cada um é levado a assumir, sem suficiente distância reflexiva em relação a si próprio, como reacção a uma percepção dos “efeitos dos riscos” e contradições

¹⁷ Segundo estes autores, “quando na construção da auto-biografia ou de uma biografia ‘faça você mesmo’, prevalece a anomia, mais do que a autonomia” (Beck e Beck-Gernsheim, 2003: 7).

socialmente produzidos, e que, como tal, de forma cada vez mais evidente, não controla.

Este olhar enfatiza assim a individualização, acima de tudo, como o resultado da socialização contingente e de mecanismos institucionais e contradições sociais globais, numa sociedade fragmentada ou mesmo “atomizada”, onde a tradição e as suas instituições tendem a perder o poder de referenciação que tinham outrora, dando lugar a uma espécie de vácuo moral e material. Como sugere Zygmunt Bauman, “A forma como cada um vive transforma-se assim numa solução biográfica de contradições sistémicas. Riscos e contradições continuam a ser socialmente produzidos; apenas o dever e a necessidade de lidar com eles se tornaram individualizados.” (Bauman, 2003:XV)

De acordo com o autor, radica, aliás, nesta diferença entre a capacidade individual de tomar decisões e a incapacidade em controlar o contexto social onde as mesmas opções são accionadas, o principal paradoxo ético das transições actuais, enquadradas nas condições sociais emergentes na Europa, sobretudo no decurso da segunda metade do século XX, e que caracteriza como “pós-modernidade”. Uma formação social que tem como características centrais “o pluralismo institucionalizado, a variedade, a contingência e a ambivalência” (1994:87).

Neste contexto institucional da pós-modernidade, o indivíduo confrontado com a auto-responsabilização das consequências que advêm das escolhas tomadas, e cujos resultados só são verdadeiramente apreendidos durante a própria acção, é condenado à solidão. Uma solidão que sendo o reflexo da ambivalência endémica da “condição moral”, enraíza na indiferença deliberada e num não compromisso (1995:57). A liberdade individual, compulsiva e precária, tende assim a alimentar a indiferença perante a situação alheia, conduzindo ao “esvaziamento” do “interesse comum” e, no seu seguimento, à desintegração da cidadania, face à orientação centrada na procura de satisfação das necessidades individuais e de realização da autonomia pessoal, concretizadas em grande medida pela “revolução do consumo” (Lipovetsky, 1989; Baudrillard, 1995; Putnam, 1995, 1996, 2000; Pappano, 2001). O desmantelamento universal das estruturas de suporte do poder constitui o principal resultado das mudanças aqui presentes, sem que, no entanto, haja lugar à sua substituição por outras alternativas. Pelo contrário, o seu desenvolvimento impõe a

negação e esvaziamento de tais estruturas. Afirma Zygmunt Bauman (1994: IX): “‘demolição’ é o único exercício em que verdadeiramente a pós-modernidade investe. Destruição é a única construção que reconhece”. A “arena do público” deixa pois de referenciar a procura de causas comuns e de formas de negociar o significado do bem comum ou os princípios da vida colectiva, e reduz-se à “necessidade desesperada de relacionamento”. A partilha da intimidade tende a ser a preferência, talvez a única forma que ainda resiste da “construção comunitária”. Trata-se contudo, neste olhar, de uma construção frágil e conjuntural, dispersa e guiada por emoções, alterando-se de forma errática de um objectivo para outro e orientando-se numa sempre inconclusiva procura de um refúgio seguro, para a partilha das preocupações, ansiedades ou aversões.

Tal constitui porém uma aspiração nunca passível de realização no presente. Os traços mais salientes das relações interpessoais assim o condenam: o carácter fragmentário ou episódico, ou ambos (Bauman, 1995: 50-1). São fragmentados, diz o autor, “na medida em que apenas uma parte da pluralidade do *self* e seus múltiplos desejos e interesses estão envolvidos no encontro” – o resto mantém-se temporariamente suspenso, posto subterfugamente de lado ou é manifestamente mantido no plano privado (presumindo-se como irrelevante aqui e agora, para este encontro). Ainda na expressão deste autor, “são episódicos na medida em que o encontro não tem passado nem futuro, esgotando-se em si mesmo” e, como tal, nunca produzindo consequências, assim como a definição de obrigações e/ou direitos mútuos.

Neste mundo plural de indiferença, fragmentação e intenso particularismo é a solidão, é o ver-se abandonado numa ambivalência e num sentimento de não ter raízes, que conduz os actores sociais a uma acção orientada para os outros. Sendo também por causa dessa solidão que se mantêm juntos e, sobretudo, se permitem abrir ao outro e deixam que este se abra a si. Desta forma, descobrindo a possibilidade de ter um futuro e de “agir moralmente”, e por vezes de “ser moral no presente.” (Bauman, 1995: 70-1).

Postular uma forma de estar junto é também, neste quadro teórico-conceptual, sempre, um trabalho de imaginação, “estimulado pelo desejo de uma casa” ou pela “urgência de se sentir em casa, de modo a reconhecer o seu lugar de pertença” e, deste

modo, manter vivas as esperanças pelo expediente de um infinito momento futuro: aquele onde a solidão finalmente deixa de ter lugar. “Sentir-se em casa, é sentir que se tem um local de pertença, e fazer parte de”; “significa encontros plenos e não problemáticos, encontros invariavelmente satisfatórios, o conforto de estar com os outros, livre dos perigos de estar ‘com’, alienado de si.” (p. 48).

Enfim, numa “agenda para a emancipação teórica”, de uma sociologia da pós-modernidade, propõe o autor a substituição da noção de sociedade (como um todo que não se reduz à soma das suas partes, sobrepondo-se e condicionando as modalidades de acção das mesmas) pela noção de *sociality*. Uma categoria que enfatiza as características processuais e os padrões dialécticos e imprevisíveis das acções sociais de liberdade e dependência. Numa perspectiva, desta forma, focalizada na agência (mais do que na estrutura) ou, mais precisamente, no *habitat* dentro do qual a agência opera e se produz. (1994: 190-1). Este, embora no geral não determine a conduta dos agentes, nem defina os seus significados, apresenta-se porém com um papel central de sistematização e padronização no que Bauman designa pelo agendamento das “tarefas da vida”. Isto, uma vez que proporciona o inventário de meios e fins que lhe conferem significado, permitindo aos agentes uma auto-representação e sustentação do processo de auto-constituição da sua biografia (*idem*: 191).

Uma expressão da individualização reflexiva dos estilos de vida

Nas condições de reflexividade radical da vida actual, numa sociedade do “risco global” (Beck, 2004), como é tendencialmente a nossa, cada vez mais, fundada na ciência e nos conhecimentos periciais em geral, no uso de tecnologias e nos fluxos e influências constantes de informação, ou ainda, marcada no plano das vidas familiares e nos exercícios laborais por incertezas e mutabilidades presentes e futuras, pode constituir-se como forte postulado analítico a ideia de que, mais do que nunca, alguns segmentos específicos de actores sociais são orientados para a mono-residência por opção ou pela necessidade genuína de solidão, de *estar sós* [e não isolados]¹⁸ de forma

¹⁸ Como aliás o nota Jean-Louis Pan Ké Shon (1999), numa análise referenciada aos resultados do Inquérito, promovido pelo INSEE, “Relações da vida quotidiana e isolamento”, em 1997, ao constatar o facto, segundo o próprio, aparentemente paradoxal, de as pessoas que residem em contexto de mono-residência tenderem a estabelecer uma maior diversidade de contactos e uma vida mais voltada para o

a poderem regular e ajustar as escolhas e orientações que são compelidos a assumir no dia-a-dia. A concretização desta “solidão positiva e reificante” permitiria a cada um recuperar a curiosidade de explorar, de querer saber o desconhecido e assim abrir caminho para a descoberta do outro de uma forma mais construtiva para ambos (Bauman, 1995; Buchholz, 1998; Schurmans, 2003 e 2004).

Nesta sua manifestação de *escolha de um estilo de vida autónomo e independente* – no sentido material, temporal e espacial e de um autocontrolo na estruturação das relações sociais –, concretizado na mono-residência, a individualização pode ser ainda encarada como um reflexo do movimento de democratização das relações sociais, não apenas em termos de igualdade de oportunidades para homens e mulheres ao nível da participação no mercado de trabalho e na sociedade em geral, mas também no plano das relações inter-geracionais e de género nas circunstâncias de vida particulares (Giddens, 1996, 1997, 1998; Beck e Beck-Gernsheim, 2003; Heath e Cleaver, 2003; Lamourère, 2003).

Neste olhar, mais do que pôr em evidência uma radicalização de tendências no sentido de uma crescente “impessoalidade” e “indiferença” na forma como cada um estabelece os seus contactos quotidianos, e mesmo em condições de constrangimento material extremo, a mono-residência – enquanto acção de delimitação física de um espaço pessoal gerido autonomamente pelo próprio – pode antes representar, no domínio da vida pessoal, as condições propícias à realização com êxito do processo reflexivo do *self* – do indivíduo autónomo, capaz de identificar as suas potencialidades, de tomar opções, na pluralidade de contextos institucionais possíveis, e de gerir os limites, constrangimentos e contornos de relações interpessoais que estabelece no quotidiano (Giddens, 1996: 97 e 132).

A narrativa particular de auto-identidade que assim se produz, embora não linear e estruturada num quadro situacional contingente e de dúvida permanente, traduz assim, antes de mais, a possibilidade de escolher/rejeitar um estilo de vida, entre uma diversidade de escolhas possíveis. Neste sentido, como uma opção de estilo de vida, viver uma vida própria e independente significa também, simultaneamente

exterior do que as que coabitam com um parceiro ou outros familiares. Uma observação que é também assinalada como “característica distintiva” nos relatos diversos sobre os estilos de vida que sobressaem entre os protagonistas da mono-residência, por exemplo, em Barbara Feldon (2003) e Odile Lamourère (2003).

em termos de auto e *alter* atribuição, que as biografias estandardizadas se tornam biografias opcionais, “biografias faça você mesmo”, e como tal, também, biografias de risco marcadas por descontinuidades (Beck e Beck-Gernsheim, 2003:24). As quais, mesmo sob a fachada de prosperidade e segurança, têm sempre a possibilidade de repentinamente entrar em colapso.

Num quadro de análise comparativa destes processos, nas inter-relações entre local e global, há pois ainda uma grande diferença a ser enfatizada entre individualização numa formação social onde existem os recursos institucionais para lidar com a atomização e as contradições das biografias – por exemplo, garantindo a salvaguarda de direitos humanos, a educação, o risco de desemprego ou doença, etc. – e a individualização num contexto onde estes benefícios do moderno estado providência não existem.

Quando aqueles direitos estão instituídos, sublinham Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (2003: 23-4), ter uma vida independente, não equivale no essencial a ter uma vida peculiar e única – mesmo que a “falsa consciência” da narrativa assim o descreva. De facto, o oposto é verdade: a crescente estandardização das biografias, por via da combinação entre auto-realização e justiça, num processo dinâmico pautado por uma fusão crescente entre os interesses individuais e a racionalidade social.

Nesta perspectiva, e contrariando algumas visões antes enunciadas, a diferença qualitativa entre vida tradicional e moderna não se constitui pela minimização das instâncias de controlo e restrição individual. A compulsão para uma vida autónoma e independente estabelece uma existência altamente socializada e inteiramente dependente das instituições. De facto, afirmam estes autores, podemos entender a “lógica” desta última forma histórica – e tendencialmente universal – de existência apenas se reconhecermos que segue objectivos institucionais específicos, com os quais os indivíduos se confrontam, ainda que sempre de forma parcial, nas movimentações quotidianas entre as diferentes e, em parte, incompatíveis lógicas de acção – quando assumem os seus múltiplos papéis do dia-a-dia – como estudantes, trabalhadores, contribuintes, eleitores, consumidores, pais, filhos, amigos, etc.

Assim, mesmo que permanentemente marcada pela fluidez, indeterminação e mudança radical, mais do que a “destruição”, a modernização pressupõe não apenas a

transformação estrutural no sentido da “estruturação” dos sistemas sociais (Giddens, 2000), como também uma alteração nas relações entre estrutura social e agentes sociais. (Beck, 2004:14) A transformação estrutural força progressivamente os indivíduos a libertarem-se da estrutura. E o avanço bem sucedido da modernização supõe que estes agentes, ao mesmo tempo que se libertam dos constrangimentos e activamente, de forma reflexiva, constroem a sua própria biografia, tornam possível o próprio processo de modernização.

Beck vê nas dinâmicas de interligação e intercâmbio aqui presentes o paradoxo da modernidade reflexiva: as normas do estado providência fazem do indivíduo o receptor de direitos e benefícios, e assim reforçam a ideia de que cabe a cada um organizar a sua vida. Para garantir a sua sustentabilidade, é pedido a cada indivíduo que se assuma como um ser inventivo e criativo, com ideias próprias, reflexivamente construídas. Os actores sociais são assim levados a agir *contra* as instituições que tornaram possível a sua emancipação ou, na perspectiva de Giddens (1984, cit. em 2000: XII), a utilizá-las como *um meio* para atingir resultados, em última instância, no sentido de uma auto-realização do *self*. “Os indivíduos tornam-se assim os actores, construtores, inventores, e supervisores da sua própria biografia e identidade e também das suas redes e laços sociais” (Beck e Beck-Gernsheim, 2003:151). Mas o outro lado desta obrigação em ser activo é a auto-responsabilização pelos infortúnios e acontecimentos inesperados. Sendo que esta não constitui apenas uma percepção individual, mas um modo cultural de atribuição. Corresponde a uma imagem da sociedade na qual os indivíduos não reagem de forma passiva às circunstâncias mas procuram construir a sua vida, embora com graus variados de limitação.

Nas ligações entre mudança social e pessoal, *perigo* e *oportunidade* entrelaçam-se de forma mais ou menos contínua, levando cada um, nas circunstâncias particulares da sua vida, a mobilizar respostas adaptativas e iniciativas específicas que podem situar-se entre dois pólos: num “refúgio e dormência resignada”, onde domina “o sentimento de que a vida nada tem para oferecer que valha a pena” ou, no extremo oposto, na procura reflexiva de um “novo sentido do *self*”, no âmbito da qual o indivíduo vive o desmantelamento de comportamentos anteriores como um ensejo de se redescobrir (Giddens, 1997:5-13). Na presunção da reflexividade generalizada que

potencialmente tende a abranger todos os aspectos do quotidiano, a vida pessoal torna-se, também neste sentido, “um projecto aberto, criando novas exigências e ansiedades.” (Giddens, 1996:6) O *self*, tal como os contextos institucionais mais vastos nos quais ele existe, tem de ser construído reflexivamente. No entanto, esta tarefa é cumprida no meio de uma confusa diversidade de opções e possibilidades, as quais não são apenas aspectos “externos” ou marginais de atitudes individuais, mas também definem quem o indivíduo “é”. Neste contexto, e face a uma falta de padrões que referenciem a acção, a negação da escolha, sem com isso pôr em causa um sentido de segurança ontológica na narrativa da auto-identidade (ou na “consciência discursiva”), pode ainda manifestar-se, ocasionalmente, de forma camuflada, numa série de rotinas, hábitos e comportamentos repetitivos, que permitem restituir um sentido de segurança e conforto reduzindo a ansiedade (Giddens, 1997). Estes, não obstante a sua natureza defensiva e de fuga ou alívio de tensões, que o indivíduo tem dificuldade de enfrentar, quando dirigidas a situações comezinhas da vida quotidiana ou envolvendo formas socialmente aceitáveis, podem não ser reconhecidos como tal pelos próprios e por terceiros. Mas exprimem no fundo um reconhecimento de falta de autonomia que ensombra a competência do *self*. A “consciência prática” incorporada na maior parte das actividades quotidianas, juntamente com estas rotinas diárias por ela também reproduzidas, ajuda assim a pôr entre parênteses as ansiedades, fornecendo modos de orientação e de enquadramento da experiência.

Viver o risco nas condições institucionais de construção da própria biografia pode assim definir-se como a “maneira sistemática de lidar com as incertezas e inseguranças induzidas e introduzidas pela própria modernização” (Beck, 2004:21). No entanto, mesmo nas condições de modernidade avançada, o planeamento da vida organizado de modo reflexivo, e correspondente capacidade de auto-realização e emancipação, não está igualmente acessível a todos os sectores da sociedade. Com efeito, a *possibilidade efectiva de escolha* sustenta ou mesmo reforça a polarização das diferenças nos protagonismos sociais contrastantes, selectivos e, ainda, fortemente diferenciados e diferenciadores, de práticas sociais que têm lugar num espaço social estruturado e heterogéneo (Bourdieu, 1979). Nas dimensões centrais de estruturação das relações sociais, tais diferenciações reflectem ainda as desigualdades da estratificação em classes sociais, noutras porém, como salientam Jean-Paul Fitoussi e

Pierre Rosavallon (1997), tendem simultaneamente a ter origem num conjunto dinâmico e heterogêneo de situações, do tipo “intracategorial”, associadas nomeadamente a novas conjugações nas modalidades renovadas e sempre renegociadas de interligação entre vida pessoal, intimidade e vida activa em sociedade.

Dando conta da modernização reflexiva como um processo de “dupla hermenêutica” (Giddens, 1998: 11), também em boa parte dos “guias de boas práticas” antes referenciados (Bence, 1982; Anderson, Stewart e Dimidjian, 1995; Clements, 1998, 1999; Amador e Kiersky, 1999; Porter, 1999; Ornstein, 2000; Fraser, 2001; Lewis, 2001; Stone, 2002; Feldon, 2003; Ford, 2004), se enfatizam algumas das faces mais visíveis das desigualdades presentes na vida independente em contexto de mono-residência – no caso, embora assinalando sobretudo o lado feminino e a importância que revestem na actualidade, para muitas mulheres, o trabalho e as aptidões profissionais adquiridas como base de emancipação. No imbricado de interligações possíveis, a compulsão para a mono-residência surge aí, sobretudo, como uma consequência de uma “nova ordem sentimental” mais equitativa (Bawin-Legros, 2004) e o contexto propício para o estabelecimento de relações íntimas e novas reciprocidades. Igualmente compatíveis com as condições, expectativas e exigências de uma maior autonomia e mobilidade individuais (Giddens, 1996; Heath e Cleaver, 2003; Beck e Beck-Gernsheim, 2003; Lewis, 2005).

Nesses manuais, tal como nas pesquisas sociológicas assinaladas, incluem-se na *mono-residência enquanto escolha e manifestação de independência*, de forma privilegiada, nomeadamente as experiências diversas de novos estilos de vida, envolvendo actores sociais, homens e mulheres, detentores de altos recursos socioprofissionais e socioeducacionais (Jamieson, 1999; Kaufmann, 2000; Heath e Cleaver, 2003; Lamourère, 2003; Chandler e outros, 2004; Levine, 2004; Lewis, 2005). Os agentes de “conhecimento pericial” (Giddens, 1997, 1998), “sujeitos sociotécnicos”, como sugere Scott Lash (2003: XII) ou “analistas simbólicos” (Reich, 1991, 1996:253), que chamam a si o controlo das actividades de resolução e identificação de problemas e a intermediação estratégica à escala global; com competências e qualificações que lhes conferem os mais altos potenciais reflexivos sobre as condições e perspectivas da modernidade (Bauman, 1994:184, 1995:224;

Beck, 2004:93), também, com fortes padrões de mobilidade “plural” e globalizada, em termos físicos/socioespaciais e “virtuais” (Urry, 2002b, 2002a).

Actores sociais que, no plano das relações pessoais, embora situados em contexto de mono-residência (portanto, sem partilharem a mesma habitação), muitas vezes, por opção estratégica, assumida como transitória ou definitiva, não deixam de ter um ou mais parceiros, do mesmo sexo ou de sexos diferentes, com quem negociam laços e compromissos de intimidade amorosa (cf. Levin e Trost, 1999; Levin, 2002; Heath e Cleaver, 2003; Lamourère, 2003; Milan e Peters, 2003; Holmes, 2004; Levin, 2004). Desta forma, numa diversidade de práticas sociais, construindo relações que, mesmo num quadro de ligações emocionais e sexuais não fortuitas ou ocasionais, parecem irradiar estilos de vidas pessoais, muitas vezes referenciados em práticas e orientações descentradas de um projecto de família ou de formação do casal (Roseneil e Budgeon, 2004).

Em suma, como sintetizam Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim no prefácio ao livro *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences* (2003: XXI) uma história da sociologia pode ser escrita quanto à forma como os seus principais teóricos – de Marx, a Weber, Durkheim e Simmel a Foucault, Elias, Luhmann, Habermas e Giddens – terão variado relativamente à ideia básica da individualização como um produto em larga medida resultante da socialização complexa e contingente. Independentemente de uma perspectiva mais pessimista ou mais optimista das narrativas da individualização, e apesar de alguns a verem como um perigo para a sociedade e/ou para a individualidade ela própria, podemos encontrar nas suas propostas alguns traços comuns na conceptualização da individualização: a) é uma característica estrutural das sociedades altamente diferenciadas e b) não põe em causa a sua integração antes a tornando possível. Falar de individualização é, neste duplo sentido, falar de modernização ou de transformação estrutural e de alterações nas relações entre estrutura social e actores sociais. A criatividade individual que assim é libertada é vista como um espaço de criação e renovação da sociedade em condições de mudança social radical, como são aquelas que caracterizam a modernidade nas sociedades avançadas da actualidade.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia (2003), "Evolução das estruturas domésticas em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 13-30.
- Aboim, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança: Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- ACL (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (Vol. II), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Amador, Xavier, e Judith Kiersky (1999), *Being Single in a Couple's World: How to be Happily Single While Looking For Love*, Nova Iorque, Simon & Schuster.
- Anderson, Carol, Susan Stewart, e Sona Dimidjian (1995), *Flying Solo: Single Women in Midlife*, Nova Iorque, Norton.
- Anderson, Herbert, e Freda Gardner (1997), *Living Alone*, Louisville, Kentucky, Westminster John Knox Press.
- Baarsen, Berna van, Tom A.B. Snijders, Johannes H. Smit, e Marijtje A.J. van Duijn (2001), "Lonely but not alone: emotional isolation and social isolation as two distinct dimensions of loneliness in older people", *Educational, and Psychological Measurement*, 61(1), pp. 119-135.
- Baudrillard, Jean (1995), *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70.
- Bauman, Zygmunt (1992, 1994), *Intimations of Postmodernity*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Bauman, Zygmunt (1995), *Life in Fragments: Essays in Postmodern Morality*, Oxford, Blackwell Publishers.
- Bauman, Zygmunt (2000), *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Bauman, Zygmunt (2001), *The Individualized Society*, Cambridge, Polity Press.
- Bauman, Zygmunt (2002, 2003), "Individually, together", em Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (org.), *op. cit.*, pp. XIV-XIX.
- Bawin-Legros, Bernadette (2004), "Intimacy and the new sentimental order", *Current Sociology*, 52(2), pp. 241-250.
- Beck, Ulrich (1992, 2004), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage Publications.
- Beck, Ulrich, e Elisabeth Beck-Gernsheim (2002, 2003), *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political*, Londres, Sage Publications.
- Beck, Ulrich, Anthony Giddens, e Scott Lash (2000), *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora.
- Bence, Evelyn (1982), *Leaving Home: The Making of an Independent Woman*, Philadelphia, Bridgebooks.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora.
- Boutin, Christine (2003), *Pour Sortir de l'Isolément, Un Nouveau Projet de Société: Rapport Parlementaire au Premier Ministre*, em: <http://isolement.frs-online.org/> (11, 2005).
- Bouwel, Jeroen Van, e Erik Weber (2002), "The living apart together relationship of causation and explanation", *Philosophy of the Social Sciences*, 32(4), pp. 560-569.
- Buchholz, Ester (1998), "The call of solitude: use of solitude in building satisfying relationships", *Psychology Today*, D: 788, em: <http://www.psychologytoday.com/articles/pto-19980201-000034.html> (11, 2004).

- Buchholz, Ester, e Rochelle Catton (1999), "Adolescents' perceptions of aloneness and loneliness", *Adolescence*, 34 (133), 203-204, em: <http://www.dynomind.com/>.
- Cartwright, Duncan, e Sally Hughson (2005), "Exploring loneliness: the experiences of rural and metropolitan Australia", *LifeLine Profile*, 3, em: http://www.lifeline.org.au/content/lifeline_calls_profile_no_3.pdf (12, 2005).
- Castel, Robert (1995), *Les Métamorphoses de la Question Sociale: Une chronique du Salarial*, Paris, Fayard.
- Castells, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede, A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura (Vol. I)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chandler, Joan, Malcolm Williams, Moira Maconachie, Tracey Collett, e Brian Dodgeon (2004), "Living alone: its place in household formation and change", *Sociological Research Online*, 9 (3), em: <http://www.socresonline.org.uk/9/3/chandler.html> (11, 2005).
- Clements, Marcelle (1998, 1999), *The Improvised Woman: Single Women Reinventing Single Life*, Nova Iorque, Norton.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da (2002), "Identidades culturais urbanas em época de globalização", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), pp. 15-30.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.
- Cramer, Kenneth, e Kimberley Neyedley (1998), "Sex differences in loneliness: the role of masculinity and femininity", *Sex Roles: A Journal of Research*, 38, em: http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m2294 (12, 2005).
- Crompton, Susan (1994), "Adults living solo", *Perspectives on Labour and Income*, 6 (4), 1-9, em: <http://www.statcan.ca/english/studies/75-001/archive/1994/pear1994006004s4a04.pdf> (05, 2001).
- Crook, Stephen, Jan Pakulski, e Malcolm Waters (1992), *Postmodernization and Change in Advanced Society*, Londres, Sage Publications.
- DePaulo, Bella, (2004), *Health, happiness, loneliness, and solitude. The scientific study of people who are single: an annotated bibliography*, Institute Research and Policy Division of the American Association for Single People (AASP), em: <http://www.unmarriedamerica.org/Spectrum/Bibliography/loneliness-and-solitude.htm> (11, 2005).
- Devereaux, Leigh, (2001), *Loneliness*, School of Psychology, Doctoral Program Northcentral University, em: <http://www.eeducationamerica.com/>.
- Ditommaso, Enrico, Cyndi Brannen, e Lisa Best (2004), "Measurement and validity characteristics of the short version of the social and emotional loneliness scale for adults", *Educational, and Psychological Measurement*, 64(1), pp. 99-119.
- Feldon, Barbara (2003), *Living Alone & Loving It: A Guide to Relishing the Solo Life*, Nova Iorque, Simon & Schuster.
- Fernandes, Ana Alexandre (1997), *Velhice e Sociedade*, Oeiras, Celta Editora.
- Fitoussi, Jean-Paul, e Pierre Ronsavallon (1996, 1997), *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta editora.
- Ford, Judy (2004), *Single: The Art of Being Satisfied, Fulfilled and Independent*, Los Angeles, Adams Media.
- Francese, Peter (2003), "Well enough alone", *American Demographics*, 1 (Nov.), em: www.findarticles.com/p/articles/mi_m4021/is_9_25/ai_109384501 (12, 2005).

- Fraser, Marian Botsford (2001), *Solitaire: The intimate lives of single women*, Toronto, Macfarlane, Walter, & Ross.
- Furedi, Frank (2002), "Singleton society", *Spiked Life*, 11 de Outubro de 2002, em: <http://www.spiked-online.com/Articles/00000002D3A7.htm> (Abril, 2005).
- Giddens, Anthony (1995, 1996), *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1994, 1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1992, 1998), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2000), *A Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta Editora.
- Gilmour, Helen, Faith Gibson, e Jim Campbell (2003), "Living alone with dementia: a case study to understanding risk", *Dementia*, 2(3), pp. 403-420.
- Guerreiro, Maria das Dores (2003), "Pessoas sós: múltiplas realidades", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 31-49.
- Hays, Judith C., e Linda K. George (2002), "The life-course trajectory toward living alone", *Research on Aging*, 24(3), pp. 283-307.
- Heath, Sue, e Elizabeth Cleaver (2003), *Young, Free and Single? Twentysomethings and Household Change*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.
- Hollenhorst, Steve, Ernest Frank, e Alan Watson (1994), "The capacity to be alone: wilderness, solitude and growth of the self", em John Hendee, e Martin Vance (orgs.), *International Wilderness Allocation, Management and Research*, Boulder, USA, WILD Foundation, pp. 234-239.
- Holmes, Mary (2004), "The precariousness of choice in the sentimental order: a response do Bawin-Legros", *Current Sociology*, 52(2), pp. 251-257.
- Hughes, Mary Elizabeth, Linda J. Waite, Louise C. Hawkey, e John T. Cacioppo (2004), "A short scale for measuring loneliness in large surveys", *Research on Aging*, 26(6), pp. 655-672.
- Jamieson, Lynn (1999), "Intimacy transformed? A critical look at the 'pure relationship'", *Sociology*, 33(3), pp. 477-494.
- Johnson, Robert J., Timothy J. Gallagher, e Fredric D. Wolinsky (2004), "The influence of the end of life on the extent of informal help received by older adults", *Research on Aging*, 26(2), pp. 259-283.
- Karnick, Paula M. (2005), "Feeling lonely: theoretical perspectives", *Nursing Science Quarterly*, 18(1), pp. 7-12.
- Kaufmann, Jean-Claude (2000), *A Mulher Só e o Príncipe Encantado: Inquérito sobre a Vida a Solo*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Klinenberg, Eric (2001), "Dying alone: the social production of urban isolation", *Ethnography*, 2(4), pp. 501-531.
- Kugelberg, Clarissa (1998), "Imagens culturais dos jovens suecos sobre o início da vida adulta", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 27, pp. 41-57.
- Lahire, Bernard (2003), *O Homem Plural: As Molas da Acção*, Epistemologia e Sociedade, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lamourère, Odile (2003), *Célibataire Aujourd'hui: de la Solitude à la Relation Amoureuse*, Montreal, Canadá, Les Éditions de L'Homme.
- Lash, Scott (2002, 2003), "Individualization in a non-linear mode", em Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (org.), *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political*, Londres, Sage Publications, pp. I-XIII.
- Levin, Irene (2002), "Living apart together: one couples two homes", Comunicação apresentada no *Friends and Non-Conventional Partnerships*,

- Oslo, em <http://www.leeds.ac.uk/cava/papers/intseminar3levin.htm> (12, 2005).
- Levin, Irene (2004), "Living apart together: a new family form", *Current Sociology*, 52(2), pp. 223-240.
- Levin, Irene, e Jan Trost (1999), "Living apart together", *Community, Work and Family*, 2(3), pp. 223-240.
- Lewis, Karen Gail (2001), *With or Without a Man: Single Women Taking Control of Their Lives*, Palo Alto, Califórnia, Bull Publishing Company.
- Lewis, Miranda, (2005), *Home Alone? Unilever Family Report 2005*, Institute for Public Policy Research, em: <http://www.ippr.org/ecomms/files/unilever2005.pdf> (12, 2005).
- Lipovetsky, Gilles (1983, 1989), *A Era do Vazio: Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo*, Lisboa, Relógio d' Água.
- Long, Christopher R., Mary Seburn, James R. Averil, e Thomas A. More (2003), "Solitude experiences: varieties, settings, and individual differences", *PSPB*, 29(5), pp. 578-583.
- Mauritti, Rosário (2004), "Padrões de vida na velhice", *Análise Social*, XXXIX(171), pp. 339-363.
- Milan, Anne, e Alice Peters (2003), "Couples livins apart", *Canadian Social Trends*, 11 (008), 2-6, em: <http://www.statcan.ca/english/studies/11-008/feature/star2003069000s2a02.pdf> (12, 2005).
- Minzi, Maria Cristina Richaud de, e Carla Sacchi (2004), "Adolescent loneliness assessment", *Adolescence*, 39 (156), 701-709, em: <http://www.dynomind.com/> (12, 2005).
- Mutchler, Jan E., e Jeffrey A. Burr (2003), "Living arrangements among older persons", *Research on Aging*, 25(6), pp. 531-558.
- Ogg, Jim (2003), *Living Alone in Later Life*, Londres, Institute of Community Studies.
- Ornstein, Peggy (2000), *Flux: Women on sex, work, kids, love, and life in a half-changed world (capítulo 11 "Single and forty: god forbid?")*, Nova Iorque, Doubleday.
- Paillat, Paul (1991), "Éditorial: vieillesse différentes / vieillesse inégales", *Gérontologie et Société*, 56, pp. 3-5.
- Pais, José Machado (2006), *Nos Rastos da Solidão: Deambulações Sociológicas*, Col. Enciclopédia Moderna, Lisboa, Ambar.
- Pappano, Laura (2001), *The Connection Gap: Why Americans Feel So Alone*, Rutgers University Press.
- Parsons, Talcott (1966), *Estructura y Proceso en las Sociedades Modernas*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos.
- Parsons, Talcott (1959, 1976), *El Sistema Social*, Madrid, Editorial Revista de Occidente.
- Perren, kim, Sara Arber, e Kate Davidson (2004), "Neighbouring in later life: the influence of socio-economic resources, gender and household composition of neighbourly", *Sociology*, 38(5), pp. 965-984.
- Porter, Dahlia (1999), *365 Reflections on Being Single: A Woman's Guide to Living Alone and Loving It!* Los Angeles, Adams Media Corp.
- Putnam, Robert D. (1995), "Bowling alone: America's declining social capital", *Journal of Democracy*, 6 (1), 65-78, em: <http://usinfo.state.gov/journals/itdhr/0796/ijde/putnam.htm> (12, 2004).
- Putnam, Robert D. (1996), "The strange disappearance of civic America", *American Prospect*, 7 (24), 34-48, em: <http://www.prospect.org/print-friendly/print/V7/24/putnam-r.html> (12, 2004).
- Putnam, Robert D. (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, Nova Iorque, Simon and Schuster.
- Reich, Robert B. (1991, 1996), *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal Editores.

- Rokach, Ami, e Heather Brock (1997), "Loneliness and the effects of lifechanges", *The Journal of Psychology*, 131(3), pp. 284-299.
- Roseneil, Sasha, e Shelley Budgeon (2004), "Cultures of intimacy and care beyond 'the family': personal life and social change in the early 21st century", *Current Sociology*, 52(2), pp. 135-159.
- Russell, Daniel W. (1996), "UCLA loneliness scale (version 3): reliability, validity, and factor structure", *Journal of Personality Assessment*, 66(1), pp. 20-40.
- São José, José, Karin Wall, e Sónia Vladimira Correia, (2002), *Trabalhar e cuidar de um idoso dependente: problemas e soluções*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em:
<http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2002/WP2-2002.pdf> (11, 2003) ICS-UL, 2-02).
- Satariano, William A., Thaddeus J. Haight, e Ira B. Tager (2002), "Living arrangements and participations in leisure-time physical activities in an older population", *Journal of Aging and Health*, 14(4), pp. 427-451.
- Schurmans, Marie-Noëlle (2003), *Les Solitudes*, Paris, PUF.
- Schurmans, Marie-Noëlle (2004), "L'expérience de solitude", *Dossier Les relations interpersonnelles, Sciences Humaines*, 150, em:
<http://www.scienceshumaines.com/> (11, 2005).
- Shon, Jean-Louis Pan Ké (1999), "Vivre seule, sentiment de solitude et isolement relationnel", *INSEE Premiere*, 679, 4, em:
http://www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/IP678.pdf (11, 2004).
- Simmel, Georg ([1908] 1989, 1995), "O cruzamento dos círculos sociais" e "A influência do número de unidades sociais sobre as características das sociedades", em Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas: Os Fundadores e os Clássicos (Antologia de Textos)*, Vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 573-578 e 551-558.
- Smith, Adam, Fran Wasoff, e Lynn Jamieson (2005), "Solo living across the adult lifecourse", *CRFR Research Briefing Series*, 20, em:
<http://www.crfr.ac.uk/Reports/rb20.pdf> (11, 2005).
- Stone, Pamela (2002), *A Woman's Guide to Living Alone: 10 Ways to Survive Grief and be Happy*, Dallas, Texas, Taylor Trade Publishing.
- Terrell, Francis, Ivanna S. Terrell, e Susan R. von Drashek (2000), "Loneliness And fear of intimacy among adolescents who were taught not to trust strangers during childhood", *Adolescence*, 35 (140), 611-617, em:
<http://www.dynomind.com/> (12, 2005).
- Tonkiss, Fran (2003), "The ethics of indifference: community and solitude in the city", *International Journal of Cultural Studies*, 6(3), pp. 297-311.
- Torres, Anália Cardoso (1996), "A família", em João Ferreira de Almeida e José Machado Pais (org.), *op. cit.*, pp. 109-126.
- Townsend, Peter (1957), *The Family Life of Old Peopel: An Inquiry in East London*, The National Social Policy and Social Change Archive at Essex University, em: <http://libwww.essex.ac.uk/Archives/nspsca.html> (12, 2005).
- Tunstall, Jeremy (1966), *Old and Alone: A Sociological Study of Old People*, Londres, Routledge e Kegan Paul.
- Urry, John, (2002a), *Mobility and connections*, em: <http://www.ville-en-mouvement.com/telechargement/040602/mobility.pdf>.
- Urry, John (2002b), "Mobility and proximity", *Sociology*, 36(2), pp. 255-274.
- Velcoff, Victoria (2001), "Living arrangements and well-being of the older population: future research direction", *United Nations Population Bulletin, Special Issue: Population Ageing and Living Arrangements of Older Persons: Critical Issues and Policy Responses*, 42/43, 1-11, em:

- http://www.un.org/esa/population/publications/bulletin42_43/bulletin42_43.htm (Abril, 2005).
- Victor, Christina, Ann Bowling, John Bond, e Sasha Scambler (2005), *Loneliness, Social Isolation and Living Alone in Later Life: Full Report* (17), ESCR - Economic & Social Research Council.
- Wolf, Douglas A. (2001), "Note on statistical analysis and microsimulation for studying living arrangements and intergenerational transfers", *United Nations Population Bulletin, Special Issue on Population Ageing and Living Arrangements of Older Persons: Critical Issues and Policy Responses*, 42/43, em:
http://www.un.org/esa/population/publications/bulletin42_43/bulletin42_43.htm (Abril, 2005).
- Yum, Young-ok (2003), "Relationships among loneliness, self/partner constructive maintenance behavior, and relational satisfaction in two cultures", *Communication Studies*, Dezembro, em:
http://www.findarticles.com/p/articles/mi_qa3669 (12, 2005).